



CCDR
ALENTEJO

Boletim Trimestral 19



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional





O conceito de economia circular assenta na gestão sustentável dos recursos, através da reciclagem, reutilização, recuperação, recondicionamento e regeneração dos produtos e equipamentos, prevenindo a produção de resíduos. Tendo surgido na década de 70, só na 1ª década do séc. XXI é introduzido na agenda política internacional, reconhecendo-se-lhe a importância num modelo de desenvolvimento sustentável, que evite, num futuro próximo, o esgotamento dos recursos naturais. À CCDR Alentejo, no âmbito das suas atribuições e competências, cabe um papel importante de desenvolvimento regional e de implementação de políticas públicas setoriais, fomentando a divulgação e promoção da economia circular e a discussão com os parceiros regionais e locais, dos objetivos estratégicos, das prioridades e dos instrumentos, que estimulem, incentivem e dinamizem esta dimensão do desenvolvimento sustentável.

Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

Roberto Pereira Grilo

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Colaboradores internos:

Amável Candeias
Fátima Bacharel
Jorge Pulido Valente
Nelson Faustino
Paulo Silva
Teresa Godinho

Colaboradores externos:

Sofia Santos - *Secretária Geral do BCSD Portugal / Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*
Bárbara Cristina Tita - *EDIA - Departamento de Sustentabilidade*
Joaquim Mourato - *Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre*

Edição:

Dezembro 2015

Capa:

Estremoz

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

5

Nota de Abertura

6

Conjuntura Regional

10

Temas em destaque

CIMBAL - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Baixo Alentejo

16

A Cooperação Transfronteiriça, o POCTEP e o INTERREG V-A

22

Rumo à Economia Circular

30

A Reforma do Ordenamento do Território
Um Novo Modelo de Planeamento

34

Perspetiva 2020

Investigação e Inovação no Instituto Politécnico de Portalegre: Um contributo decisivo para a competitividade do Alto Alentejo

38

Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Investimentos em destaque



Nota de Abertura

Na edição número 19 do Boletim “Alentejo Hoje - Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”, são abordados alguns temas que, pela sua natureza e oportunidade, consideramos relevantes no contexto do desenvolvimento económico, social e territorial da Região.

A colaboração da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo insere-se na linha de orientação que temos vindo a prosseguir no sentido de contribuir para a divulgação das Estratégias de Desenvolvimento Territorial das sub-regiões do Alentejo, no quadro do PORTUGAL 2020. Neste contexto, preconiza-se que a territorialização das políticas públicas esteja cada vez mais alinhada com a organização territorial do Estado, para o que a participação das autarquias locais associadas em Comunidades Intermunicipais, é um elemento determinante, mediante a elaboração de Estratégias de Desenvolvimento Territorial que se constituem como referência para a coerência estratégica das iniciativas públicas e privadas no âmbito sub-regional e local.

A Cooperação Transfronteiriça, o POCTEP e o INTERREG V-A, permitem já uma perspetiva histórica sobre a evolução das políticas comunitárias e nacionais no domínio da cooperação transfronteiriça, visando uma Europa sem fronteiras internas e cada vez mais coesa económica e socialmente.

O INTERREGV-A-2014-2020 é o programa operacional de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha, onde o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo das zonas de fronteira se constitui como o elemento central e em que, pela primeira vez, estão previstos apoios diretos às empresas. Esta nova dimensão de um programa de cooperação transfronteiriça é um desafio para os potenciais beneficiários, mas também para a gestão do programa no que respeita à sua divulgação e capacitação de promotores.

A Economia Circular, um conceito que visa promover a gestão sustentável dos recursos, reveste-se da maior actualidade e beneficia de um conjunto significativo de financiamentos, seja por via do Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020, seja por via do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

Como forma de contribuir para a coerência estratégica destes financiamentos, a CCDR Alentejo, face às suas atribuições e competências, vai promover um conjunto de acções de sensibilização para a promoção da Economia Circular, no quadro das estratégias nacionais sectoriais, do Plano de Acção Regional ALENTEJO 2020 e da Estratégia de Regional de Especialização. Para estas acções conta-se com a participação dos parceiros regionais e locais na identificação de objectivos e de prioridades de intervenção para o Alentejo.

Na rubrica PERSPETIVA 2020, contamos com a colaboração externa do Instituto Politécnico de Portalegre, que realça o papel fundamental desempenhado pelas Instituições de Ensino Superior, no desenvolvimento económico das regiões onde operam. O IP Portalegre assume-se como uma entidade fortemente comprometida com o desenvolvimento regional do território e das comunidades em que está inserido, mediante a investigação, a inovação, o fomento do empreendedorismo e a capacitação do tecido empresarial, enquanto componentes decisivas para a empregabilidade e para a fixação de recursos no Alto Alentejo em particular e no interior do País em geral ■

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (em regime de substituição)



Conjuntura Regional

A **taxa de emprego** no Alentejo não tem vindo a revelar uma tendência continuada, assistindo-se a períodos temporais com tendências favoráveis positivas que são interrompidos com períodos em que há variações de tendências negativas.

No 3º trimestre de 2015 a região revelou um valor na taxa de emprego de 48,4%, face a 48,5% no trimestre anterior, a que corresponde uma variação desfavorável negativa de 0,2% e de -1% face ao período homólogo (taxa de 48,9%). Apesar das descontinuidades apontadas anteriormente e das variações indicadas, o histórico recente apresenta uma tendência de aproximação a valores de cerca de 48%.

Quanto à **população empregada**, a evolução comparativa revela valores negativos, desfavoráveis, quer no que se refere ao período homólogo (-2,3%), quer relativamente ao trimestre anterior (-0,6%). A **taxa de desemprego** cifrou-se em 11,8%, valor que compara com 12,6% no trimestre anterior e também com 12,6% no período homólogo de 2014. Estes valores, favoráveis, com tendência decrescente, parecem coerentes com os números apresentados para a **população desempregada**, sendo que o número de desempregados inscritos nos serviços de emprego, revelou uma variação desfavorável, positiva face ao trimestre anterior (+2,4%) e uma situação favorável de -12,3%, face ao período homólogo de 2014.

Quanto à **População Activa**, verifica-se que tem uma variação desfavorável, negativa de 1,5% face ao trimestre anterior e de -3,2% face ao período homólogo do ano anterior.

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 3º Trimestre de 2015

Indicador	3º Trimestre 2015	2º Trimestre 2015	3º Trimestre 2014	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Taxa de Emprego (%)	48,4	48,5	48,9	-1,0	-0,2	INE
Taxa de desemprego (%)	11,8	12,6	12,6	-6,3	-6,3	INE
População desempregada (Milh.)	41	44,5	45,2	-9,3	-7,9	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Milh.)	34,3	33,5	39,1	-12,3	2,4	IEFP
População empregada por conta de outrém (Milh.)	305,9	307,7	313,2	-2,3	-0,6	INE
População activa (Milh.)	346,9	352,2	358,4	-3,2	-1,5	INE
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	5,8	5,8	5,7	1,8	0,0	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	16,3	16,4	13	25,4	-0,6	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶ €)	8703	8734	8906	-2,3	-0,4	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	4587	4595	4638	-1,1	-0,2	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	304751	305469	307548	-0,9	-0,2	BP
Licenças de construção (Nº fogos)	45	78	23	95,7	-42,3	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	921	905	901	2,2	1,8	INE
Turismo: dormidas (nº)	161892	139726	145668	11,1	*	INE
Turismo: proveitos totais (10 ³ €)	8481	6805	7169	18,3	*	INE

Fonte: : INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego; BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

* Variações sazonais



Assim, relativamente aos indicadores apresentados no âmbito **do mercado de trabalho**, no período em análise, todos revelam variações negativas, sendo que no caso da **taxa de desemprego** e do número referente **à população desempregada**, essa variação tem um significado favorável para a conjuntura regional.

No que se refere aos **rácios de crédito vencido** no âmbito dos empréstimos concedidos às **famílias**, apesar de relativamente ao período homólogo de 2014, ter havido ainda uma variação positiva de 1,8%, relativamente ao trimestre anterior a variação já foi nula, podendo considerar-se que os valores mais recentes revelam uma tendência de estabilidade. O facto de se verificar esta tendência, neste indicador, pode considerar-se que a mesma é favorável à conjuntura regional.

Também no caso **do rácio de crédito vencido**, no âmbito dos empréstimos concedidos às **empresas**, apesar da variação face ao período homólogo de 2014 revelar ainda uma variação positiva desfavorável de 25,4%, já face ao trimestre anterior verificou-se uma variação negativa de 0,6%. Também neste caso, o histórico recente parece revelar uma tendência favorável.

Os **empréstimos concedidos** quer **às famílias**, quer **às empresas**, apresentam variações negativas, tanto face ao período homólogo de 2014, como ao 2º trimestre de 2015.

Já o número de famílias devedoras de empréstimos concedidos revelou uma variação negativa, quando comparado quer com o período homólogo de 2014, quer com o trimestre anterior, o que revela, no passado recente, uma tendência favorável à conjuntura regional.

No que se refere **ao número de fogos com licenças de construção**, os valores apresentados ao longo dos períodos em análise revelam grandes descontinuidades, o que é confirmado pela variação negativa de 42,3% face ao trimestre anterior e da variação positiva de 95,7% face ao período homólogo de 2014. No entanto, é preciso referir que estão em causa pequenos números (45 fogos em 2014 e 23 fogos no 3º trimestre de 2015, face a 78 fogos no 2º trimestre de 2015), o que torna as variações apontadas pouco relevantes.

A **avaliação bancária dos alojamentos**, por m², tem vindo a aumentar o valor, o que se traduz na variação positiva de 1,8% face ao trimestre anterior e de 2,2% face ao período homólogo de 2014, sendo o valor do trimestre de 921€/ m².

Quanto ao **Turismo**, sendo uma variável com comportamento sujeito às variações sazonais, continua a mostrar tendências muito positivas, quer no indicador referente ao nº de dormidas, quer no valor dos proveitos totais, apresentando variações positivas de 11,1% e 18,3%, respectivamente, o que revela uma tendência bastante positiva para a região, podendo mesmo afirmar-se o Turismo como a variável com comportamento mais favorável à conjuntura regional.

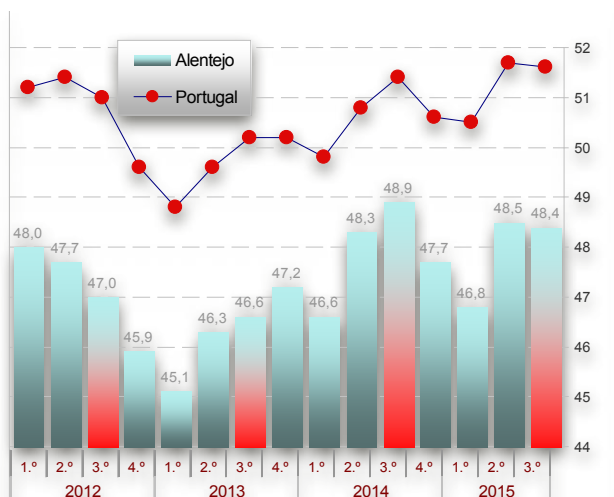
Dada a importância que **o mercado de trabalho** tem assumido durante o período de crise, vale a pena apresentar a evolução da variação das variáveis já referenciadas neste âmbito, mas num período temporal mais alargado.

Assim, no caso da **taxa de emprego**, entre o 1º trimestre de 2012 e o 3º trimestre de 2015, não há uma tendência continuada, como já foi referido, salientando-se a fase de maior declínio até ao 1º trimestre de 2013, seguindo-se uma fase de crescimento da taxa até ao final desse ano. Novamente no 1º trimestre de 2014 há uma ligeira inversão da tendência crescente, que volta a verificar-se no 1º trimestre de 2015.

Taxa de Emprego

Varição no trimestre: negativa
Varição anual: negativa

Taxa de Emprego - Alentejo e Portugal - 2012 a 2015 (%)



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Portanto, no 1.º trimestre de cada ano, tem havido uma situação negativa, retomando-se fases de crescimento. A salientar que este indicador se comporta da mesma forma na região e no país, apesar dos valores regionais serem inferiores. A referenciar ainda que apesar da descontinuidade dos valores, a taxa de emprego no 3.º trimestre de 2015 é superior ao valor apresentado no 1.º trimestre de 2012.

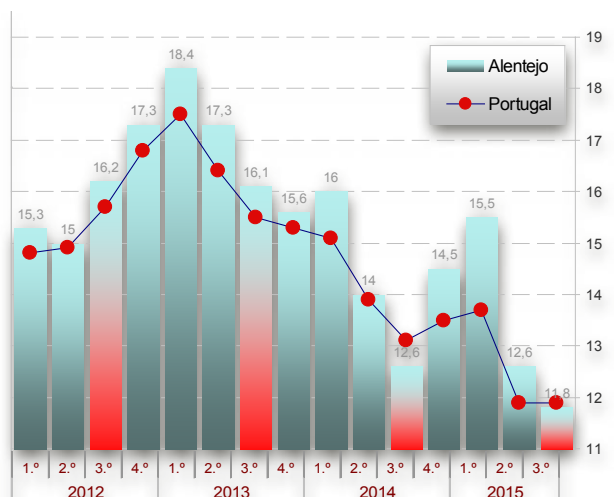
A **taxa de desemprego** tem o seu valor máximo no 1.º trimestre de 2013 e os valores mais baixos nos 2.º e 3.º trimestres de 2015. As tendências do país e da região são similares, apesar dos valores da região serem genericamente superiores aos do país, com excepção nos 3.º trimestres de 2014 e de 2015.



Taxa de Desemprego

Varição no trimestre: positiva
Varição anual: positiva

Taxa de Desemprego - Alentejo e Portugal - 2012 a 2015 (%)



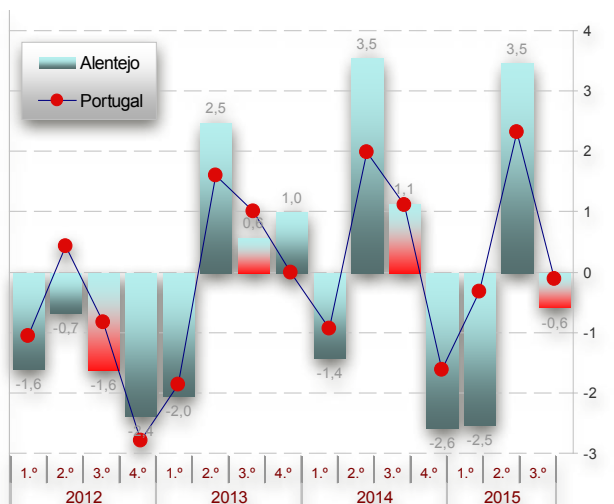
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Quanto à população empregada, os valores revelam variações muito descontínuas, não havendo uma tendência bem definida. De referir que as variações verificadas na região e no país revelam tendências similares, se bem que, na generalidade, as variações dos valores regionais são maiores em valores absolutos (com excepção do 4.º T 2012 e 3.º T 2013).

População Empregada

Varição no trimestre: negativa
Varição anual: negativa

População Empregada - Alentejo e Portugal 2012 a 2015 (variação %)



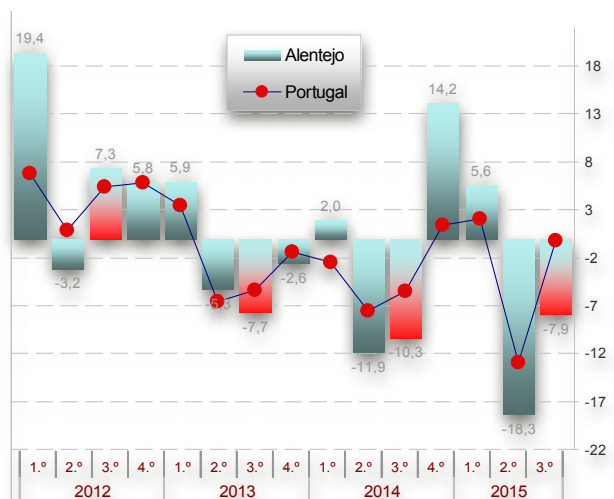
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego



População Desempregada

Varição no trimestre: negativa
Varição anual: positiva

População Desempregada - Alentejo e Portugal 2012 a 2015 (variação %)



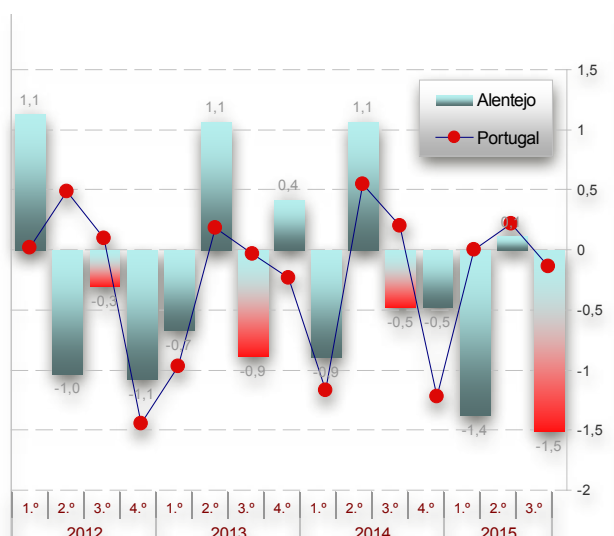
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Também os valores referentes à variação da população activa revelam grande descontinuidade, tanto na região como no país, não havendo, na generalidade, similaridade nas tendências ■

População Activa

Varição no trimestre: negativa
Varição anual: negativa

População Activa - Alentejo e Portugal - 2012 a 2015 (variação %)



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Temas em destaque



Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Baixo Alentejo



Apresentação

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para a sub-região do Baixo Alentejo no horizonte temporal de 2020, coincide com a implementação do próximo período de programação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) em Portugal (2014-2020). Esta circunstância permite articular eficazmente a estratégia regional com os objetivos prosseguidos a nível europeu através da Estratégia Europa 2020 e, bem assim, maximizar a capacidade de mobilização do conjunto de recursos comunitários que serão disponibilizados através dos FEEI para apoiar financeiramente a concretização da estratégia adotada.

A EIDT foi elaborada pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) no âmbito e com o apoio do Programa Operacional Temático da Assistência Técnica, traduzindo o resultado de um amplo processo de reflexão e concertação estratégica que incorporou o contributo específico dos principais *stakeholders* da região. Esta matriz interinstitucional da EIDT foi assegurada através do envolvimento permanente desses *stakeholders* na sua elaboração e da sujeição a validação coletiva das suas sucessivas versões de trabalho, configurando assim um verdadeiro Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Alentejo que agrega à ação dos Municípios todo o conjunto de recursos, competências e capacidades de iniciativa disseminadas por outros agentes (públicos e não-públicos) com relevância para a trajetória futura de desenvolvimento da região.

Metodologia de Elaboração da Estratégia

A EIDT corresponde a uma iniciativa promovida e dinamizada pela CIMBAL no âmbito da prossecução dos fins públicos que lhe estão conferidos no âmbito do Estatuto das Entidades Intermunicipais, designadamente em matéria de promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental para o Baixo Alentejo. Neste âmbito, considerou-se fundamental que a mesma incorporasse o contributo específico dos principais *stakeholders* do território e, nesse sentido, assumisse uma matriz eminentemente interinstitucional.

O envolvimento permanente dos *stakeholders* foi concretizado através da realização de numerosas reuniões de trabalho (*workshops* temáticos, oficinas de projeto, etc.), da solicitação de contributos



específicos e da sujeição a validação coletiva das várias versões do presente documento. Pela sua relevância institucional, é também de realçar a criação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Baixo Alentejo em Janeiro de 2014, o qual integra mais de duas dezenas de entidades.

Dada a sua maior visibilidade pública, importa também destacar aqui a realização de uma sessão de apresentação pública da versão preliminar da EIDT em Março de 2014 (Figura 1). Esta sessão, simbolicamente realizada nas instalações do Instituto Politécnico de Beja, contou a intervenção dos dignatários desta instituição, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e da própria CIMBAL.

Figura 1 - Sessão de Apresentação Pública da Versão Preliminar do PEDBA'2020



O corolário do processo de elaboração da EIDT e, em particular, da metodologia de planeamento participado adotada correspondeu à assinatura do Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Alentejo em 16 de Junho de 2014. Para além dos seus signatários, todos eles integrantes do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, compete aqui assinalar a presença de altos responsáveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo neste ato formal de grande valor em termos políticos e institucionais (Figura 2).

Figura 2 -Sessão de Assinatura do Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Alentejo



Diagnóstico

A situação atual da sub-região do Baixo Alentejo evidencia um território muito fragilizado em termos socioeconómicos, resultante de um percurso de mais de meio século, onde predominou uma trajetória de progressivo e continuado definhamento da sua base demográfica e produtiva. Tal situação é partilhada e encontra-se bem espelhada no PAR, que reconhece que *a situação de partida do novo período de programação é fortemente marcada por um conjunto de tendências pesadas que constituem importantes constrangimentos estruturais do Alentejo e das suas sub-regiões* (comportamento recessivo da demografia regional desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e dos territórios de baixa densidade, baixo dinamismo do tecido empresarial, debilidades dos fatores estruturantes da atração de novos investimentos e desvantagens competitivas face a regiões concorrentes).

Face a esta constatação de partida, a adoção de uma leitura realista da situação de partida constituiu uma condição essencial para estruturar um padrão de atuação consistente e efetivo, o que significa não escamotear as condicionantes estruturais de carácter endógeno que afetam atualmente a região nem ignorar o peso específico das principais tendências que lhes estão claramente associadas.

Estratégia de Desenvolvimento

A O diagnóstico da sub-região do Baixo Alentejo é inequívoco ao realçar o carácter estrutural da trajetória de progressivo e continuado definhamento da sua base demográfica e produtiva ao longo do último meio século, destacando a insustentabilidade de um cenário de continuidade dessa tendência nas próximas décadas. Esta é uma eventualidade que não pode ser considerada aceitável quer a nível político, quer a nível social.

Neste contexto, a EIDT assume-se como um referencial estratégico que visa marcar um ponto de viragem ao nível das políticas públicas dirigidas a este território, as quais terão necessariamente de estar alicerçadas numa base reforçada e aprofundada de cooperação entre as Administrações Local e Central. Da mesma forma, o conceito de política pública, defendido inclui também a ativação de novas modalidades de *governance* regional, permitindo assim associar um leque bastante

diversificado de organizações emanadas da sociedade civil à intervenção dos poderes públicos e, em particular, ao desenho e implementação da EIDT que assenta num conjunto de princípios, cuja Visão de Desenvolvimento em torno da qual esta estratégia se encontra estruturada, assume uma perspetiva de longo prazo que, sendo passível de produzir resultados estruturais visíveis ainda no seu horizonte temporal de vigência (2020), pode assentar na seguinte premissa:

O Baixo Alentejo conseguiu suster o processo de desvitalização demográfica e económica através da criação de condições catalisadoras que permitiram materializar iniciativas empresariais com capacidade para gerar valor, emprego e fixação residencial de ativos qualificados, tendo assimilado a cultura de empreendimento como um novo valor fundamental da sua matriz identitária e implementado um modelo de coesão socio territorial adequado à sua realidade geográfica e social.



Programa de Ação

A dimensão do afastamento entre o atual *status quo* socioeconómico da sub-região do Baixo Alentejo e a Visão de Desenvolvimento preconizada para o território, impõem que a EIDT se posicione como um referencial de política pública fortemente voluntarista. Para a sua eficácia, tal voluntarismo terá de partir da identificação de um conjunto de iniciativas com capacidade para reduzir aquele afastamento e, necessariamente, de conseguir assegurar a sua concretização *in loco*.

Da acordo com o exposto, o Programa de Ação da EIDT contempla a *carteira* de Ações Estruturantes que se considerou decisiva para implementar a Estratégia de Desenvolvimento proposta para esta sub-região no horizonte temporal de 2020 e alavancar um novo ciclo de políticas públicas que permitam reconduzir o território a uma trajetória sustentada de desenvolvimento. As 10 Ações Estruturantes que integram este Programa são, designadamente, as seguintes:

- 01| Qualificação da Envolvente de Suporte à Iniciativa Empresarial
- 02| Promoção e Valorização Económica do Potencial Endógeno
- 03| Pacto Territorial para a Empregabilidade e o Empreendedorismo
- 04| Rede para a Inclusão e Promoção do Desenvolvimento Social
- 05| Rede de Equipamentos e Serviços Coletivos
- 06| Rede de Infraestruturas e Serviços Ambientais
- 07| Rede de Infraestruturas de Conectividade Física e Digital
- 08| Promoção da Eficiência Energética e das Energias Renováveis
- 09| Gestão Integrada de Ativos e Riscos Ambientais
- 10| Capacitação e Modernização da Administração Local

Como se pode constatar, o perfil das Ações propostas destaca-se pelo seu carácter estrutural e estruturante, incidindo sobre domínios considerados críticos para a viabilização da trajetória de desenvolvimento preconizada e para concretizar os Objetivos Estratégicos adotados (quadro nº 1), pois uma parcela muito relevante destas Ações está direta ou indiretamente relacionada com a promoção do crescimento económico. Neste domínio, as Ações propostas combinam lógicas de atuação mutuamente complementares, articulando a disponibilização de um ambiente favorável à concretização de iniciativa empresarial com intervenções mais diretamente ligadas à dinamização da atividade económica e à melhoria da empregabilidade e das qualificações do capital humano.

Quadro 1 - Matriz de Contributo das Ações Estruturantes para os Objetivos Estratégicos da EIDT 2020

Ações Estruturantes	Objetivos Estratégicos				
	OE.1	OE.2	OE.3	OE.4	OE.5
AE.01 Qualificação da Envolvente de Suporte à Iniciativa Empresarial					
AE.02 Promoção e Valorização Económica do Potencial Endógeno					
AE.03 Pacto Territorial para a Empregabilidade e o Empreendedorismo					
AE.04 Rede para a Inclusão e Promoção do Desenvolvimento Social					
AE.05 Rede de Equipamentos e Serviços Coletivos					
AE.06 Rede de Infraestruturas e Serviços Ambientais					
AE.07 Rede de Infraestruturas de Conectividade Física e Digital					
AE.08 Promoção da Eficiência Energética e das Energias Renováveis					
AE.09 Gestão Integrada de Ativos e Riscos Ambientais					
AE.10 Capacitação e Modernização da Administração Local					

Legenda dos Objetivos Estratégicos:

OE.1 Território Amigo do Investimento	OE.2 Território Empreendedor e Produtivo	OE.3 Território de Excelência Ambiental	OE.4 Território Residencial Atrativo	OE.5 Território em Rede(s)
--	---	--	---	-------------------------------

Fonte – EIDT 2020 /CIMBAL

Sem prejuízo do enfoque colocado no robustecimento da economia regional e da sua capacidade para gerar emprego, a carteira de intervenções apresentada não ignora todo o conjunto de necessidades e expectativas sociais que ainda persistem na região nem os desafios com que a mesma se confronta ao nível da valorização dos seus ativos patrimoniais (ambientais, culturais, urbanos, etc.) e da consolidação de redes infraestruturais (ciclo urbano da água, transportes, energia, telecomunicações, etc.). Muito embora a canalização de recursos para estas áreas deva continuar a assumir expressão orçamental relevante, justificável pelo seu impacto direto na melhoria da qualidade de vida das populações e pela geração de externalidades económicas, sociais e ambientais positivas, será no entanto essencial assegurar a racionalidade dos investimentos associados e, sempre que possível, otimizar os correspondentes modelos de gestão ao contexto de baixa densidade que caracterizam a sub-região do Baixo Alentejo.

Instrumentos de Implementação

A Visão de Desenvolvimento e o Programa de Ação preconizados pela EIDT configuram um desafio de grande espectro que exige a mobilização de um volume muito considerável de recursos (financeiros e não financeiros) com vista à sua concretização. Nesta sequência e sem prejuízo do recurso a outras fontes, considera-se decisivo potenciar a oportunidade que o período de programação 2014-2020 dos FEEI é suscetível de constituir para o território, razão pela qual se justifica aqui a referência ao conjunto de instrumentos de implementação de base territorial previstos no Acordo de Parceria Portugal'2020 (e, muito em particular, no Programa Operacional Regional Alentejo 2020), com destaque para os seguintes:

Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial/Investimento Territorial Integrado
Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária
Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
Pacto Territorial para a Empregabilidade



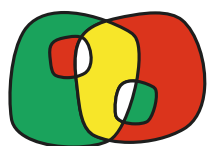
Modelo de Governance

A EIDT enquanto referencial estratégico de política pública que parte da iniciativa da CIMBAL e visou dar corpo à prossecução dos fins públicos que lhe estão conferidos no âmbito do Estatuto das Entidades Intermunicipais, designadamente, em matéria de promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental para a sub-região do Baixo Alentejo. Todavia, e sem prejuízo da natural centralidade que a CIMBAL assume nesta matéria, importa reiterar que a concretização da Estratégia de Desenvolvimento resultará sempre da capacidade coletiva de organização e de execução que venha a ser evidenciada pelo conjunto dos agentes com responsabilidades e dando contributos relevantes para esse propósito.

Neste âmbito e tendo em conta todo o processo participativo seguido na elaboração da EIDT preconizava-se que da implementação deste modelo de *governance* também resultasse um enquadramento sólido para a posterior definição e articulação de modelos organizativos mais específicos e operativos no contexto da implementação das *abordagens territoriais integradas* previstas no Acordo de Parceria Portugal'2020, com destaque para o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo e os vários Pactos para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária e Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano que se perspectiva virem a ser implementadas na sub-região. Assim, entende-se que o modelo de *governance* aqui apresentado deverá concentrar-se preferencialmente nas dimensões macro de gestão e acompanhamento da implementação da EIDT, deixando para a escala desses instrumentos de natureza contratual a definição de matérias mais operativas e, em particular, a alocação dos recursos específicos (humanos, financeiros, logísticos, etc.) que serão necessários à sua execução ■

Artigo da responsabilidade da CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo





Interreg

Espana - Portugal



Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

A Cooperação Transfronteiriça, o POCTEP e o INTERREG V-A


1. 25 Anos de cooperação – uma perspectiva histórica

Nos finais da década de 80 do século XX, já Portugal e Espanha incorporavam a então Comunidade Económica Europeia desde 1986, a Comissão Europeia respondeu favoravelmente ao desafio lançado pelas regiões do Norte e da Galiza para a criação de um mecanismo estrutural de apoio institucional e financeiro de iniciativa europeia que permitisse incrementar as relações de cooperação institucional, aproveitar sinergias advenientes das afinidades, ganhar escala para a ultrapassagem de problemas comuns e integrar as potencialidades do tecido económico e social do território fronteiriço, reforçar a coesão inter-regional, melhorar a permeabilidade da fronteira, atenuar custos de contexto e materializar a cooperação, acentuando, numa palavra, os esforços de construção de uma Europa das Regiões que, com tanto empenho, a Europa se dispunha a concretizar.

Nascem, assim, os Programas de Iniciativa Comunitária INTERREG que, desde 1990 até ao presente, têm fomentado a cooperação e consolidado a integração social e institucional entre as regiões europeias de fronteira, com especial relevância para a que une Portugal à Espanha.

A figura¹ seguinte ilustra, de forma clara, a evolução destes apoios comunitários, não só ao nível


□ The historic perspective



	Interreg I 1990-1993	Interreg II 1994-1999	Interreg III 2000-2006	Interreg IV 2007-2013	Interreg V 2014-2020
Legal Status	Community Initiative		Incorporated into the Structural Funds Regulations		Own Regulation
Participating Member States (EU internal borders)	11	11, then 15	15, then 25	27, then 28	28
Budget (commitments in current prices)	1.1 billion Ecus	3.8 billion Ecus	EUR 5.8 billion	EUR 8.7 billion	EUR 10.1 billion
PORTUGAL/ESPAÑA	-	552 Milhões Ecus	807 Milhões Euros	267 Milhões Euros	289 Milhões Euros

Fonte: Natalie Verschelde (adaptado)

¹ Ilustração adaptada a partir da imagem apresentada por Nathalie Verschelde, Chefe de Unidade da Cooperação Territorial Europeia, DG REGIO, Comissão Europeia, no decurso da sua intervenção "European Cross-Border Cooperation, Interreg over 25 years and beyond", no Dia da Europa na EUROACE, comemorado na CCDR Alentejo, em Évora, em 8 de Maio de 2015, tendo sido incluída a informação relativa ao espaço de cooperação Portugal/ Espanha.



financeiro, mas sobretudo pelas conotações inerentes à maturidade e à mudança nas atitudes e nos objectivos provocada pelos investimentos efectuados e pelos progressos nas relações de cooperação que aqueles facultaram.

O quadro mostra claramente a evolução dos montantes atribuídos à cooperação pelos fundos estruturais, em reconhecimento dos bons resultados obtidos com as primeiras versões do INTERREG em termos de coesão social, económica e territorial do espaço comunitário, que culmina no período de 2000-2006 com o maior montante de sempre, facilitado pela confiança económica que se atravessava e pela existência, até metade do período, de um conjunto reduzido de espaços fronteiriços.

Não obstante o aumento significativo dos fundos para a Cooperação Territorial Europeia (CTE), que evoluiu para um objectivo autónomo da Política Regional Europeia, a par da Convergência e da Competitividade Regional e Emprego, o período seguinte, 2007-2013, reflectiria o alargamento da UE a 10 novos Estados-Membros, com a consequente criação de programas de cooperação nos respectivos espaços, reduzindo substancialmente o financiamento aos preexistentes, o que se traduziu num FEDER de 267 M€ consignados ao espaço ibérico, bem distante dos anteriores 807M€. Estas alterações seriam ainda acompanhadas por mudanças profundas no contexto da aplicabilidade dos Programas de Cooperação, ao nível da sua génese, da composição e da sua avaliação, assegurando o seu alinhamento com a política de coesão europeia, nomeadamente no cumprimento das orientações da estratégia de Lisboa, garantindo a sua coerência com as políticas comunitárias em matéria de emprego e de transportes.

2. O POCTEP 2007-2013 – Cooperação em tempo de crise

Reforçando as linhas de orientação geral do Programa, os projectos tendem a ganhar em eficácia ao ser necessário cumprir quatro critérios de admissibilidade: o desenvolvimento conjunto, segundo o qual todos os parceiros contribuem para o cumprimento dos objectivos do projecto, das acções a desenvolver e dos resultados a alcançar; a implementação conjunta, que se conjuga com a anterior na concretização da operação; a disponibilização e contributo de pessoal para a implementação conjunta do projecto; e a alocação de financiamento por todos os parceiros, mediante uma orçamentação conjunta que garanta a realização das acções previstas por cada um.

O POCTEP, Programa Operacional de Cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia em 25/10/2007, desenvolver-se-á neste quadro global de referência, tendo como principal objetivo contribuir para reforçar a coesão económica e social do espaço da fronteira luso-espanhola através da cooperação territorial, apoiado num orçamento de 359M€ (custo total) e uma comparticipação de 267M€ FEDER.

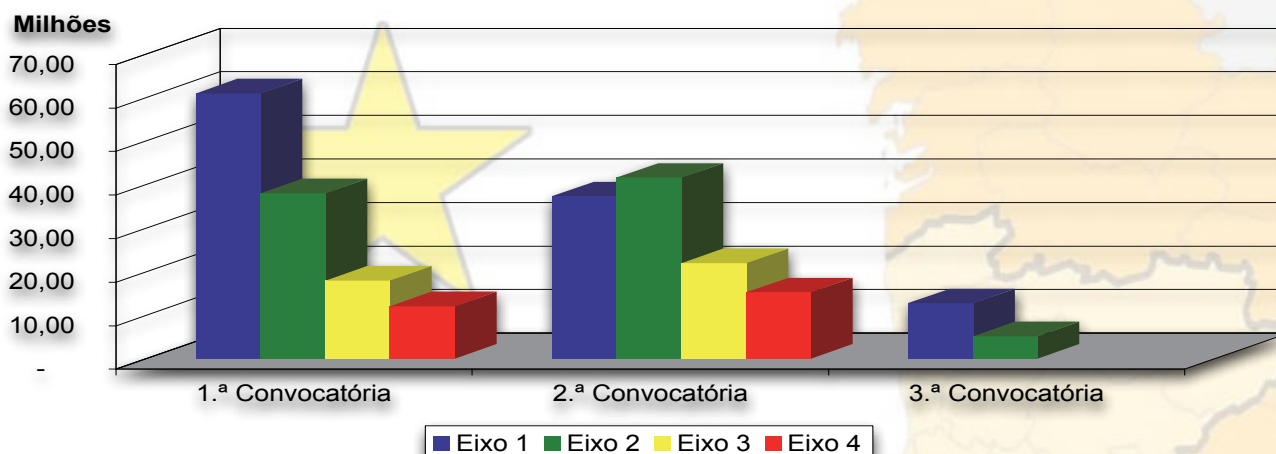
Esta visão estratégica, baseada na complementaridade dos três factores de desenvolvimento da zona fronteiriça, o económico, o social e o ambiental, valorizando o capital acumulado durante as três anteriores gerações INTERREG, conduziram à formulação de quatro prioridades, estruturadas em quatro eixos dotados de uma designação comum, Cooperação e Gestão Conjunta, que aponta claramente para a valorização da cooperação como atitude e como processo.

Foram, pois, definidos 4 Eixos Prioritários: Cooperação e Gestão Conjunta para o (1) fomento da competitividade e a promoção do emprego, (2) ambiente, património e prevenção de riscos, (3)

ordenamento do território e (4) integração socioeconómica e institucional, dotados, cada um, de objectivos específicos que acolheram os diversos projectos.

A 1.ª convocatória, que decorreu entre Fevereiro e Junho de 2008² e consagrou 55% do FEDER (cerca de 150M€), evidenciaria uma forte procura, com quase 330 projectos candidatados, que somavam mais do triplo do FEDER alocado.

POCTEP - FEDER por Convocatória e Prioridade

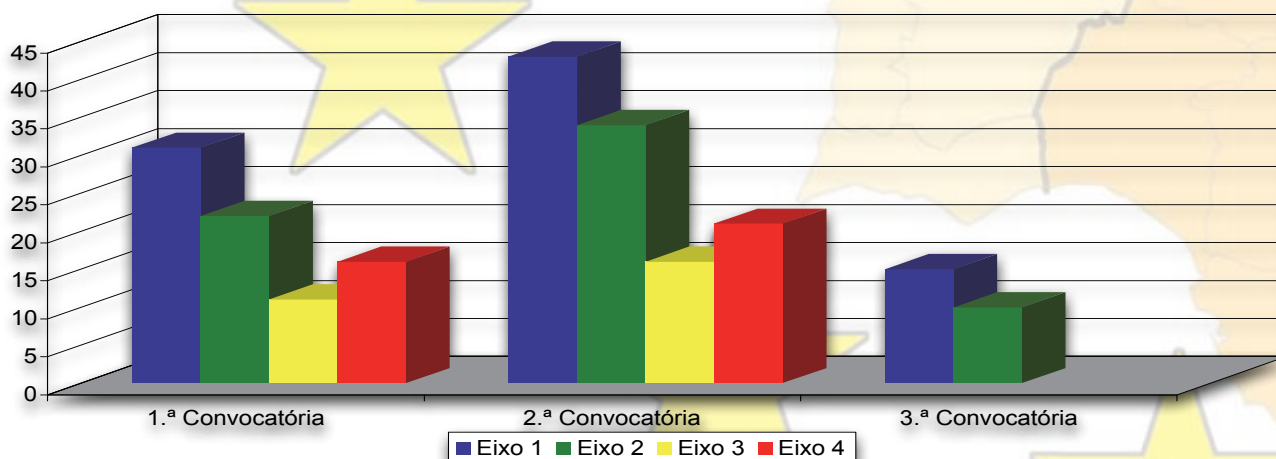


Fonte: STC. Elaboração própria

Esta convocatória definiria dois níveis de projecto: os pequenos projectos, com um investimento obrigatório entre €500 000 e 2.5M€, e os projectos estruturantes, relativos a prioridades estratégicas integradas definidas por cada Área de Cooperação, cujo investimento poderia ultrapassar o limite superior.

A decisão de que nenhum projecto poderia apresentar um valor inferior a 500 mil euros nem nenhum promotor ter um orçamento inferior a 100 mil euros, visando acautelar a pulverização dos investimentos por pequenos projectos, revelar-se-ia bastante negativa nos seus efeitos. Atendendo a que os apoios comunitários concedidos aos dois Estados são replicados nos programas transfronteiriços, o que significa uma forte disparidade (cerca de 25/75% para Portugal e Espanha, respectivamente) na capacidade de apoio aos beneficiários, aquela decisão obrigou a uma complexa e nem sempre bem sucedida estratégia, que passou, em muitos casos, por reestruturações orçamentais importantes, para garantir o financiamento conjunto de projectos.

POCTEP - Projectos Aprovados por Convocatória e Prioridade



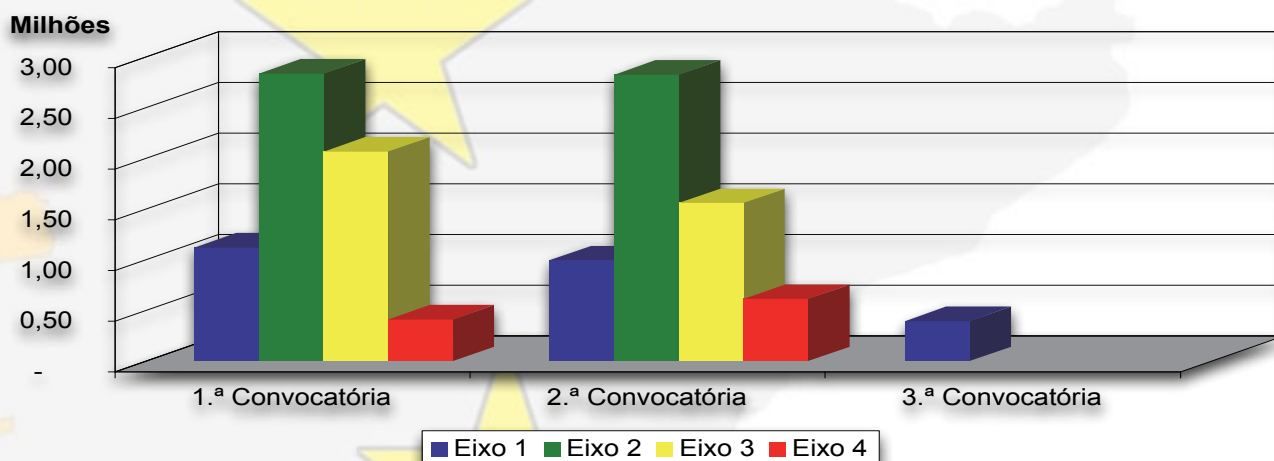
Fonte: STC. Elaboração própria

² De 8 de Fevereiro a 15 de Abril para pequenos projectos, prolongando-se o prazo até 30 de Junho para projectos estruturantes.

O surgimento da crise económica e financeira, que afectaria de modo generalizado as entidades envolvidas na execução dos projectos, viria a contribuir também para que o POCTEP enfrentasse diversas vicissitudes no decurso da sua execução, evidenciadas pela concessão de centenas de alterações aos projectos aprovados, sucessivas derrogações aos prazos de finalização e decisões adicionais de recurso para a concretização dos investimentos previstos.

Mesmo assim, 700 entidades portuguesas e espanholas executaram 210 projectos que foram aprovados ao longo das três convocatórias do POCTEP, formalmente encerrado em 15 de Dezembro de 2015.

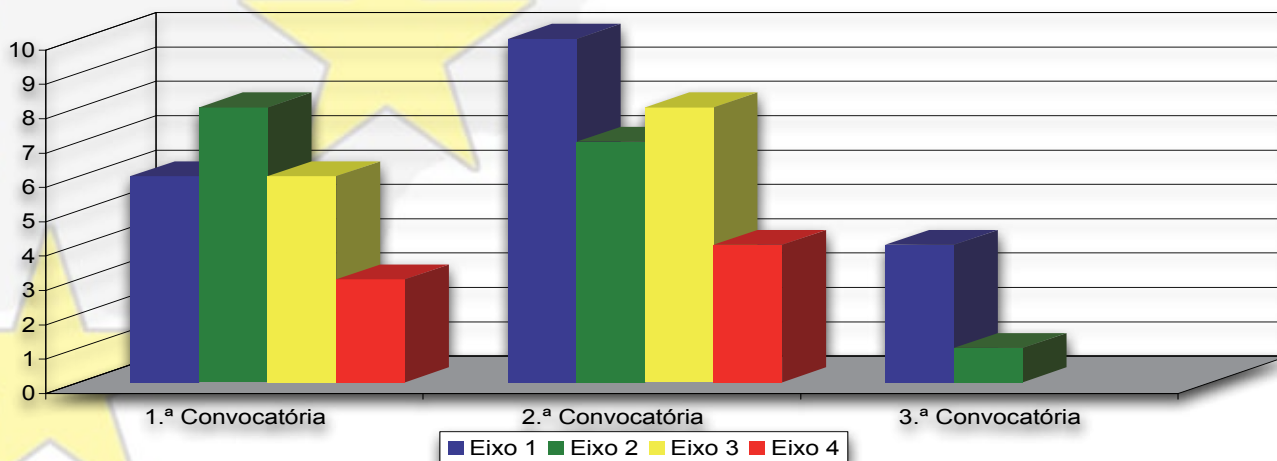
Alentejo - FEDER por Convocatória e Prioridade



Fonte: STC. Elaboração própria

O peso da região Alentejo atingiu 4,15% do Programa, com 16.1M€ de investimento total para uma ajuda FEDER de cerca de 12 M€. Ao longo dos 7 anos da sua execução, um total de 68 promotores do Alentejo, dos quais 6 com encargo de Beneficiário Principal, foram responsáveis pelo desenvolvimento de 55 projectos, dos quais 23 aprovados na 1.ª convocatória, 28 na 2.ª e 4 na 3.ª. De referir a capacidade de execução dos promotores alentejanos que, pese embora as condicionantes verificadas ao longo deste difícil período, absorveram a totalidade do envelope financeiro disponível, sendo de admitir uma moderada sobre-execução financeira³.

Alentejo - Projectos Aprovados por Convocatória e Prioridade



Fonte: STC. Elaboração própria

³ Valores finais indisponíveis à data, dado se encontrarem diversos projectos em fase de encerramento.

3. INTERREG V-A 2014-2020 – Maturidade e novos desafios

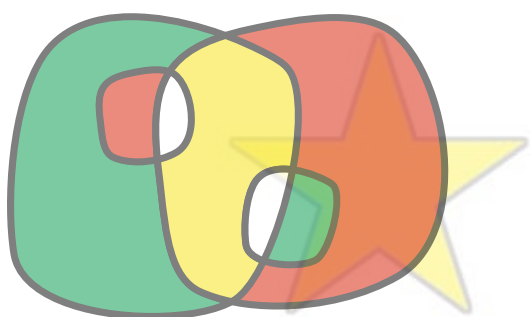
A reforma da política de coesão da UE exige que no período de 2014-2020 cada um dos 60 programas de cooperação que se desenvolverão ao longo das fronteiras internas e externas da Europa se foquem na obtenção de resultados e prioridades previamente estabelecidas em Acordos de Parceria, garantindo a máxima eficácia e eficiência na utilização dos fundos estruturais em investimentos que cumpram a estratégia da União e produzam o maior impacto possível ao nível do crescimento inteligente, inclusivo e sustentável.

O PO de Cooperação Transfronteiriça INTERREG V-A Espanha-Portugal 2014-2020 (POCTEP) foi coordenado por um grupo de trabalho formado por todas as entidades regionais e nacionais de ambos os Estados Membros abrangidas pelo território de intervenção e desenharam um Programa que, respeitando as condicionalidades comuns de programação, como a racionalidade na aplicação e avaliação económica e ambiental dos investimentos e a concentração em domínios temáticos, procuram dar oportunidade para a concretização das estratégias regionais transfronteiriças de desenvolvimento.

Delineou-se assim um Programa com quatro eixos, que agrupam cinco objectivos temáticos: (1) Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da Inovação, (2) Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial, (3) Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais (que agrupa o objectivo temático relativo às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos com o da preservação ambiental e promoção da eficiência de recursos) e a (4) Melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça.

Releva, neste programa, um aspecto inteiramente novo no contexto da cooperação e que consiste na possibilidade de apoio direto a empresas, designadamente através do apoio à promoção do empreendedorismo e do espírito empresarial nas PME, ao desenvolvimento empresarial destas, e o apoio a redes de mentores e de apoio ao empreendedorismo e à incubação, previsto no eixo 2.

Destacam-se ainda a importância dos indicadores de resultado e de realização dos projectos no



Inter

España -

Fundo Europeu de Desenvolvi

quadro da sua avaliação, facto que, não sendo novo, estará na primeira linha da medição do sucesso das intervenções e do Programa. No âmbito da gestão, evidencia-se a desmaterialização dos processos de candidatura e subsequente gestão e acompanhamento, centralizados na plataforma COOPERA 2020, ou a introdução do regime de simplificação de custos para alguns segmentos da apresentação de despesas.

Este POCTEP 14-20 foi aprovado pela Comissão Europeia em 12 de Fevereiro de 2015, com uma dotação financeira total 385M€ e uma comparticipação FEDER de 289 M€, mantendo-se o apoio do Alentejo nos 12M€ e o seu peso relativo no programa de 4.15%.

A primeira convocatória para apresentação de projectos decorreu entre 30 de Outubro de 2015 e 22 de Janeiro de 2016, absorvendo cerca de 70% do montante disponível, num total aproximado de 190M€.

À data da elaboração deste artigo, uma primeira triagem indicava o extraordinário número de 450 candidaturas submetidas, o que, ressalvando a necessária validação, aponta para um total de candidaturas muito superior ao que se registou no momento homólogo do anterior Programa.

Este número surpreende ainda se considerarmos as exigências do programa em matéria de estreita circunscrição às prioridades de investimento definidas para cada eixo, muito concretas e tipificadas na tipologia de acções, além da exigência da candidatura a uma única prioridade.

No entanto, a abertura à iniciativa empresarial, que trouxe um novo contingente de oportunidades, de ideias, de intenções e de promotores à cooperação, a consolidação de experiências e parcerias anteriormente bem sucedidas, que encaram a cooperação como factor de importância estratégica para o crescimento, para a diversificação ou para a concretização dos seus planos de acção, a procura de capitalização de projectos anteriores, com novos planos e mais ambiciosos objectivos, a extensão em tempo e em financiamento de projectos que não se concretizaram totalmente, pelo interesse em desenvolver novas ideias e efectuar novos projectos em cooperação, em suma, a maturidade das relações entre os agentes presentes no território, a afinidade dos seus problemas ou oportunidades e o encarar da cooperação como uma reunião de sinergias e capacidades serão, certamente, entre outras, justificações possíveis para o interesse que, aparentemente este programa concitou ■



UNIÃO EUROPEIA

rrreg
Portugal

mento Regional



Rumo à Economia Circular

O que é a Economia Circular?

O conceito de economia circular, em oposição à linear (matérias primas > produtos > resíduos), assenta, como a própria designação indica, na gestão sustentável dos recursos, através da reciclagem, reutilização, recuperação, recondicionamento e regeneração dos produtos e equipamentos, prevenindo os resíduos.

Embora, surgido na década de 70, com o objetivo de procurar a conciliação entre as crescentes preocupações ambientais e o desenvolvimento económico, só a partir da primeira década do século XXI, este conceito é introduzido na agenda política e mediática europeia e internacional, fundamentalmente, graças ao trabalho pioneiro da Fundação *Ellen MacArthur* (www.ellenmacarthurfoundation.org) - famosa velejadora solitária, cujas experiências de circum-navegação lhe evidenciaram as virtudes da circularidade da utilização dos produtos - nomeadamente, o relatório que apresentou em 2012, sob o título "Rumo à economia circular: racionalidade económica e de negócios para uma transição acelerada".



Só em Dezembro desse ano, a Comissão Europeia, lança o tema a nível da política comunitária com a publicação do "Manifesto para uma Europa eficiente na utilização de recursos", a que se segue, apenas em 2014, a apresentação, falhada, da primeira proposta legislativa, a qual é retirada logo no início de 2015, para dar lugar, em dezembro do mesmo ano, a um pacote menos ambicioso mas melhor fundamentado e estruturado.

Embora, inicialmente, a economia circular se centrasse, sobretudo, nas questões relacionadas com a gestão dos resíduos, evoluiu, muito rapidamente, para outras áreas e preocupações, nomeadamente, desde logo, as mais básicas e estruturantes, como os padrões de produção e consumo, para além de outras, mais inovadoras, como o *ecodesign*.

Qual a sua importância?

O conceito de economia circular e a sua importância num modelo de desenvolvimento sustentável não surge por acaso, mas sim porque se concluiu que ao ritmo a que são consumidos os recursos naturais para manter os atuais padrões de vida e de crescimento das nossas sociedades, chegaremos, num futuro já não muito longínquo, ao esgotamento irremediável de muitos deles.

Por outro lado, foi-se acentuando a necessidade de criação de novas áreas de emprego, inovadoras e alternativas às tradicionais, estas em crise profunda.

Fundamental, também, para este processo de reconhecimento da importância e do papel da economia circular, foi, sem dúvida, por um lado o brutal crescimento da produção de resíduos não ou dificilmente biodegradáveis e, por outro, a (r)evolução ocorrida, nos últimos anos, neste setor, com a passagem das lixeiras a aterros, complementados com as estações de tratamento mecânico e biológico, as quais, em sinergia com a recolha seletiva, permitem aumentar, exponencialmente, as taxas de reciclagem, de reutilização e de eficiência e poupança energética.

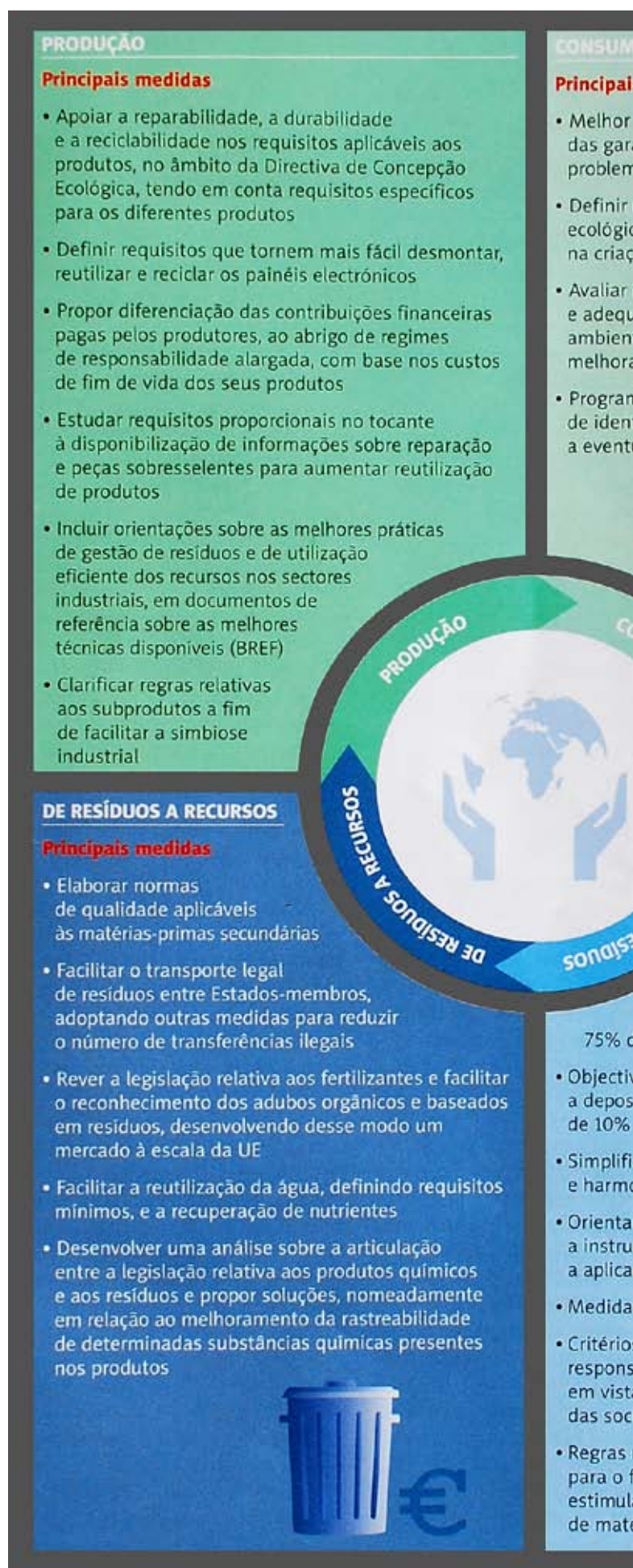
Finalmente, há que referir e reconhecer o contributo decisivo que a economia circular pode dar na prossecução das metas e objetivos definidos nos documentos da CE e assumidos no PERSU 2020.

No caso concreto do Alentejo, a aposta na economia circular é fundamental para que seja possível atingir as metas e objetivos para a recolha seletiva e a reciclagem, fixados no PERSU 2020.

O que está a ser feito para promover a economia circular?

Atualmente, a nível mundial e europeu verificam-se avanços consideráveis em termos da divulgação do conceito e da promoção da economia circular, quer através de organismos privados, de que o melhor exemplo é, como já se referiu anteriormente, o trabalho desenvolvido pela Fundação *Ellen MacArthur*, quer da aprovação e adopção de documentos de estratégia e de política pública, embora, incidindo ainda, sobretudo, na área da reciclagem e reutilização de resíduos.

Também algumas grandes companhias internacionais (como por exemplo, a Philips) estão a adoptar estratégias e práticas empresariais inovadoras, assentes neste novo conceito. A constante produção e promoção de novos equipamentos, com vida limitada, tem vindo a dar lugar ao acondicionamento e reutilização sucessiva de materiais e equipamentos, criando a necessidade de desenvolvimento de mais e



Medidas

aplicação
antias sobre produtos tangíveis e combater
nática das falsas alegações ecológicas
medidas relativas aos contratos públicos
tos, realçando aspectos da economia circular
ão ou revisão de critérios
formas de providenciar informação fiável
ada ao consumidor sobre o impacto
tal dos produtos, nomeadamente
ando a eficácia do rótulo ecológico europeu
na de testes independentes a fim
tificar questões relacionadas com
ual obsolescência programada



GESTÃO DE RESÍDUOS

Principais medidas

- Objectivo comum para a União Europeia de, até 2030, se reciclarem 65% dos resíduos urbanos
- Objectivo comum para a União Europeia de, até 2030, se reciclarem 75% dos resíduos de embalagens
- Objectivo vinculativo de, até 2030, se reduzir a deposição em aterros para um máximo de 10% de todos os resíduos
- Melhorar e aperfeiçoar as definições de resíduos e harmonizar os métodos de cálculo
- Encorajar os Estados-membros para recorrerem a instrumentos económicos para incentivar a aplicação da hierarquia de gestão de resíduos
- Medidas para promover actividades de reutilização
- Requisitos mínimos para os sistemas de rastreabilidade alargada do produtor, tendo em vista a aumentar transparência e desempenho das entidades gestoras
- Regras mais claras para subprodutos e critérios para o estatuto de resíduo, tendo em vista a promover a simbiose industrial e o mercado de materiais reciclados

ÁREAS PRIORITÁRIAS

- **Plásticos** Traçar uma estratégia que aborde questões como reciclabilidade, biodegradabilidade ou presença de substâncias perigosas, assim como a problemática do lixo marinho
- **Resíduos alimentares** Reduzir para metade a quantidade de resíduos alimentares até 2030. Definir uma metodologia para aferir desperdício de alimentos e indicadores a nível europeu. Criar plataforma de partilha de boas práticas. Clarificar legislação para facilitar doação de alimentos ou reutilização na produção de rações animais. Melhorar compreensão pelos consumidores do rótulo "consumir de preferência antes de".
- **Matérias-primas críticas** Encorajar a recuperação destas matérias-primas e preparar um relatório sobre melhores práticas disponíveis. Ponderar introdução de requisitos na Directiva de Concepção Ecológica para melhorar reciclabilidade de aparelhos electrónicos.
- **Construção e demolição** Tomar medidas para garantir recuperação de recursos valiosos e adequada gestão de resíduos deste sector. Facilitar avaliação do desempenho ambiental dos edifícios.
- **Biomassa e bioprodutos** Promover utilização eficiente de recursos de base biológica, através da divulgação das melhores práticas e do apoio à inovação na bioeconomia. Meta de reciclagem de embalagens de madeira.

MEDIDAS HORIZONTAIS

- Ajudar as PME a beneficiarem das oportunidades de negócio decorrentes de uma maior eficiência dos recursos, com a criação do Centro Europeu de Excelência para a Utilização Eficiente dos Recursos
- Apoiar projectos de demonstração ao abrigo do Horizonte 2020 para 2016-2017 através da iniciativa "Indústria 2020 na economia circular", com financiamento de mais de 650 milhões de euros
- Apoiar o desenvolvimento de projectos inovadores, juntamente com o Banco Europeu de Investimento e a Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento
- Canalizar fundos europeus para este objectivo, nomeadamente 5,5 mil milhões de euros de fundos estruturais para a gestão dos resíduos



melhores serviços de assistência e reduzindo o volume de resíduos e de consumo de matérias primas.

Em Portugal, presentemente, estão a ser dados passos significativos, conjuntos, na divulgação e promoção da economia circular não só pelo Ministério do Ambiente como também por diversas entidades públicas e privadas (SPV, BCSD, Lipor, SmartwastePortugal, CCDRA) e, ainda, por algumas empresas públicas (EDIA) e privadas (EDP, GALP, Sonae), mas o caminho a percorrer é, ainda, longo, complexo e difícil.

O enquadramento estratégico geral está definido no Compromisso para o Crescimento Verde e, o particular, no que respeita ao setor dos resíduos, no PERSU 2020, mas são ainda necessárias políticas públicas concretas que incentivem, fomentem, apoiem e dinamizem a economia circular.

Não basta atuar a jusante, é preciso também intervir a montante no modelo e hábitos de produção e consumo, na concepção de novos produtos, no eco design, na durabilidade e fiabilidade, na prevenção dos desperdícios e dos resíduos.

Uma estratégia regional para a promoção da economia circular?

Face às atribuições e competências conferidas às CCDR, em matéria de desenvolvimento regional e de implementação de políticas públicas setoriais, torna-se imprescindível que para além do Plano Estratégico e da Estratégia de Especialização Inteligente, documentos já oportunamente elaborados e aprovados, se avance, em alinhamento com os objetivos e prioridades definidas na estratégias setoriais nacionais, com a territorialização / regionalização das mesmas e com as correspondentes políticas públicas que as operacionalizem.

Esta deve também ser a lógica e a metodologia a seguir no que concerne a economia circular, pelo que há que acelerar o processo da sua divulgação e promoção e, simultaneamente, discutir com os parceiros regionais e locais, quer os objetivos estratégicos e prioridades nesta área, quer, primordialmente, as políticas públicas que a estimulem, incentivem e dinamizem.

Nesse sentido, a CCDRA, em conjunto com vários parceiros regionais e nacionais, públicos

e privados, está a preparar um conjunto de *workshops* sobre o tema, a realizar em Beja, Évora, Sines e Portalegre, dirigidos, prioritariamente, ao tecido empresarial, autarquias e comunidades intermunicipais.

Nestas iniciativas prevê-se, da parte da manhã, a apresentação das estratégias europeia e nacional, seguida de testemunhos de várias empresas que já trabalham de acordo com o modelo de economia circular.

De tarde, o funcionamento será em 2 grupos de trabalho, um destinado aos empresários e outro às entidades locais e regionais responsáveis pela definição e aplicação de políticas públicas.

O programa provisório, sujeito ainda a confirmação da data e dos oradores, é o que se segue.

CICLO DE DEBATES 2016 **ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS** **REGIONAIS NA ÁREA DO AMBIENTE**

1º debate – Beja

A Economia Circular e o PERSU2020

ORGANIZAÇÃO:

CCDRA - IPBeja - NERBE - RESIALENTEJO
AMCAL - EDIA - BCSD

APOIO:

CIP

DATA:

7 de Abril 2016 (a confirmar)

HORÁRIO:

9:30 – 17:30

LOCAL:

Instituto Politécnico de Beja - Auditório

PROGRAMA

09:30 Sessão de Abertura

Ministro do Ambiente/Secretário de Estado do Ambiente (a confirmar)
CCDRA

IPBeja

10:00 Plano de Ação da EU para a Economia Circular

Hugo Maria Schally-Head of Unit Eco-innovation & Circular Economy (a confirmar)

BCSD- Sofia Santos

11:00 Pausa para café
11:15 Economia Circular
Testemunhos de Empresas e Investigação na Região e no País
12:30 Debate
13:00 Almoço
14:00 Grupos de Trabalho
Grupo - Empresas
Questões:
Que oportunidades para as empresas na transição para uma economia circular?
Que políticas públicas regionais e locais para a promoção e dinamização da economia circular?
Grupo - Organismos Públicos
Questões:
Como o PERSU 2020 promove a Economia Circular?
Que estratégias regionais e locais para a promoção e dinamização da economia circular?
16:00 Apresentação das conclusões dos Grupos de Trabalho
16:30 Sessão de Encerramento
Secretário de Estado do Ambiente (a confirmar)

Economia Circular

O consumo e produção sustentáveis

O tema da Economia Circular tem vindo a ganhar importância nos últimos dois anos, apesar de, a sua essência, já ser discutida nos anos 80 por alguns economistas ecológicos que se preocupavam com a origem dos materiais utilizados no fabrico e com os resíduos gerados, quer no processo de produção, quer no fim de vida do produto.

Na realidade, a Comissão Europeia tem vindo a trabalhar neste tema desde 2008 com o denominado Plano de Ação para o Consumo & Produção Sustentável e Indústria Sustentável, que visa:

- promover novas técnicas e tecnologias para apoiar a criação de produtos sustentáveis em diversos setores, e

- aumentar o desempenho ambiental de bens de consumo e ajudar os consumidores a escolherem os produtos com melhor desempenho ambiental.

Todas estas medidas contribuem para a promoção do desenvolvimento da eco inovação e para a necessidade de se criarem procedimentos associados à catalogação/etiquetagem dos produtos e serviços, para que possa ser de fácil perceção para o consumidor quais os produtos e serviços que apresentam melhor desempenho ecológico.

Em 2015, esta abordagem de produção e consumo sustentável deu origem a uma nova área de atuação europeia chamada Economia Circular, onde, na realidade, se aplica o modelo defendido pelo economista Herman Daly, e fortemente divulgado e trabalhado pela Fundação Ellen MacArthur. No fundo, a ideia subjacente ao conceito de Economia Circular é tão simples quanto esta: quando se pensa na criação de um novo produto, devemos pensar não exclusivamente no seu design estético e funcional, mas também em qual será o design que menor impacto ambiental gera durante o processo de produção, de utilização e no fim de vida do produto. Os resíduos que não possam ser evitados devem ser também incorporados, na medida do possível, como matérias primas ou subsidiárias de outras cadeias de produção. Esta abordagem vem assim incentivar abordagens inovadoras em várias áreas: design, prototipagem, processos e gestão/valorização dos resíduos.

Na realidade, o resíduo de uma linha de produção de uma empresa, pode vir a transformar-se num subproduto de uma outra fábrica. Se isto acontecer, ambas as empresas conseguem aumentar os seus rácios de eficiência financeira e ambiental. A meu ver a Economia Circular coloca dois grandes desafios às empresas: a necessidade de se trabalhar, em conjunto, em busca de soluções que sejam vantajosas para empresas (possivelmente) de setores diferentes; e a mudança de comportamentos necessária por parte dos consumidores para começarem a preferir produtos e serviços que tenham por base a reutilização de materiais, em vez do material “novo” comprado na loja. É um desafio que trará sem dúvida resultados inovadores e inesperados, mas francamente mais eficientes.



Alqueva

Um Modelo de Gestão e Exploração assente nos princípios da Economia Circular

Criada em 1995, a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, pertencente ao setor empresarial do Estado, desenvolve toda a sua atividade em 20 concelhos dos distritos de Portalegre, Évora, Setúbal e Beja.

Com sede em Beja, centro da região beneficiária, a EDIA tem uma orientação estratégica baseada nos eixos prioritários do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) assente no recurso “Água” e no aumento da produção e rentabilização dos investimentos nas infraestruturas criadas.

Enquanto empresa de capitais exclusivamente públicos, a EDIA atua como instrumento para a prossecução de políticas públicas nos domínios do abastecimento de água, da promoção do regadio, da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento regional.

A promoção dos fins múltiplos do projeto, rentabilizando-o na sua componente agrícola, na promoção da região, no estabelecimento de pontes facilitadoras entre investidores e empresários locais, gerando riqueza a nível regional e contribuindo para a diminuição das assimetrias sociais e económicas, são eixos da gestão do Empreendimento que se baseiam nos princípios e objetivos do modelo de economia mais circular: os recursos são utilizados de forma inteligente, gera crescimento sustentável e criam-se novos postos de trabalho ao incidir sobre um conjunto de diferentes setores económicos.

Na gestão da água, a EDIA contribui para o aumento dos níveis da qualidade da água que distribui, numa gestão integrada, racional e otimizada deste recurso, através da promoção do uso eficiente da água nas explorações agrícolas e da definição de um plano que permita converter o consumo descentralizado de água para o consumo centralizado, através das infraestruturas do EFMA.

O fornecimento de água superficial às explorações agrícolas constitui ainda uma mais-valia para a preservação dos recursos hídricos subterrâneos, enquanto recurso estratégico para a região



Alentejo. Parte das explorações agrícolas beneficiadas pelo EFMA e na ausência de origens de água superficial, utilizam captações de água subterrâneas próprias, para as atividades agrícolas. A entrada em exploração do Empreendimento permite a utilização de água superficial em detrimento da utilização dos recursos hídricos subterrâneos, contribuindo para diminuir de forma significativa, a pressão sobre os aquíferos, os quais constituem reservas estratégicas de água no Alentejo.

O Alentejo é reconhecido como uma região ambientalmente preservada. A agricultura tradicional e ancestralmente desenvolvida permitiu preservar um recurso que agora se revela promissor para as novas culturas de regadio: o solo. A conjugação deste fator com as modernas técnicas associadas ao regadio, com otimização dos sistemas de rega e consequente harmonia entre as necessidades das plantas e o efetivo débito dos diversos sistemas de rega, permitem apostar de forma segura na sustentabilidade de uma nova agricultura e na preservação dos recursos água e solo.

O equilíbrio entre uma gestão ambiental adequada e proactiva dos recursos naturais, a valorização de um território, aliadas a novas práticas agrícolas e tecnologias de regadio, contribuem para a proteção dos recursos, para a segurança alimentar, para um reforço da coesão social, prolongando no tempo e no espaço, a sustentabilidade que se quer na região.

A aplicação do modelo circular da economia, em que o valor dos produtos, materiais e recursos se mantêm na economia o máximo de tempo possível, agregando na região um conjunto de atores que prossigam o mesmo modelo e com eles interagindo no sentido de uma melhoria continua nos diversos setores, permitirá desenvolver uma economia sustentável, de baixo carbono, eficiente em termos de recursos e competitiva ■

Artigos:

Rumo à Economia Circular - Jorge Pulido Valente, Vice-Presidente da CCDR Alentejo

Economia Circular - Sofia Santos, Secretária Geral do BCSD Portugal / Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Alqueva - Bárbara Cristina Tita, EDIA - Departamento de Sustentabilidade

A Reforma do Ordenamento do Território Um Novo Modelo de Planeamento

Já na década de 90 do século passado, os Instrumentos de Gestão Territorial identificaram, nos diversos níveis de intervenção aptidões e estratégias territoriais, mas, mesmo a par de outras políticas de intervenção, não obviaram, no entanto, os constrangimentos estruturais demográficos, de qualificação dos recursos humanos, de qualidade do tecido empresarial e do emprego e de mobilidade e conectividade territorial, tal como de dotação das TIC, que ainda hoje persistem, sobretudo nas áreas de baixa densidade.

Constituindo metas para 2020 o crescimento inteligente, inclusivo e mais sustentável, **a reforma do ordenamento do território**, consubstanciada na revisão de diplomas fundamentais como a Lei de bases gerais da política pública de solos, ordenamento do território e urbanismo e diplomas subsequentes, atendeu a sete aspectos essenciais:

1. Necessidade de uma visão integrada, estratégica e prospectiva para aplicação das políticas públicas;
2. Maior Racionalidade no consumo de recursos, nomeadamente de solo;
3. Disciplinar e tornar justa a distribuição de mais valias;
4. Diferenciar competências e níveis de governação através de programas e planos;
5. Regular tempos e oportunidades da dinâmica dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT);
6. Tornar os procedimentos mais eficientes através da desmaterialização, redução de prazos e maior responsabilização;
7. Tornar os instrumentos mais rigorosos e “amigáveis” com recurso ao suporte digital e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A visão integrada, estratégica e prospectiva para aplicação das políticas públicas com abordagens a diversos níveis territoriais, na revisão da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e urbanismo aprovada pela Lei n.º 31/34 de 30 de Maio deu origem a um novo modelo de planeamento através de um sistema de gestão territorial que, diferencia programas e planos.

Programas Territoriais	Planos Territoriais
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	Planos Intermunicipais Plano Director Intermunicipal Plano de Urbanização Intermunicipal Plano de Pormenor Intermunicipal
Programas Sectoriais	Planos Municipais Plano Director Municipal Plano de Urbanização Municipal Plano de Pormenor Municipal
Programas Especiais	
Programas Regionais	
Programas Intermunicipais	

Os **programas territoriais** enquanto instrumentos da administração central, constituem um meio de intervenção dos mais relevantes interesses públicos de âmbito nacional e regional, vinculando apenas as entidades públicas. Os anteriores planos especiais, sectoriais e regionais serão, assim, reconduzidos à figura de programas.

Aos **planos territoriais**, de âmbito municipal ou intermunicipal, compete estabelecer opções e acções concretas em matéria de organização e planeamento através da definição do uso do solo, vinculando directamente os particulares.

A **concretização desta distinção regimental e da aplicação dos princípios da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e urbanismo** aprovada pela Lei n.º 31/34 de 30 de Maio e diplomas complementares terá, em resumo, a seguinte **evolução temporal**:



O conjunto legislativo que constitui a reforma do ordenamento do território teve como grande objectivo, entre outros, a **racionalidade no consumo de recursos, nomeadamente de solo e a disciplina e justiça na distribuição mais valias** para o que regulamentou aspectos determinantes como o estatuto jurídico do solo, direitos e deveres, estruturação da propriedade, sistema de gestão territorial, vinculação dos municípios aos programas territoriais, execução e avaliação dos programas e planos territoriais, regime económico e financeiro e instrumentos equitativos.

Efeitos particularmente visíveis são a eliminação da categoria operativa “solo urbanizável”, enquanto verdadeira alteração de paradigma, em que se pretende contrariar o crescimento excessivo dos perímetros urbanos e o aumento incontrolado dos preços do imobiliário, com a obrigatoriedade da demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do solo rústico e urbano.

Do mesmo modo, os municípios ganham novos meios de intervenção no solo como a reserva de solo, venda e arrendamento forçado de prédios urbanos.

Também a promoção da **reabilitação urbana**, materializada DL 53/2014 de 8 de Abril, confere **prioridade à reabilitação do edificado existente como objectivo estratégico e desígnio nacional da política do ordenamento do território**, estabelecendo medidas excepcionais e temporárias de simplificação administrativa para um reforço efectivo dos respectivos processos administrativos.

Como base destas opções, importa salientar que a variação da taxa de urbanização (Direcção Geral do Território) de 1990 a 2007 passou de 2,8% a 4,1%, o que significa que a implementação das áreas previstas nos instrumentos de gestão territorial em vigor ocuparia 7,1% do território.

Será ainda fundamental ter presente que a reabilitação do edificado existente em Portugal representa apenas 6,5 % do total da actividade do sector da construção, contra uma média europeia de 37 % e, que de acordo com os censos 2011, dois milhões de fogos estão a necessitar de recuperação, o que representa cerca de 34% do parque habitacional nacional.

Alterações também visíveis na distribuição da população europeia por concelho de 2001 a 2011, são contemporâneas de dinâmicas de ocupação dispersa, que se multiplicaram na última metade de século XX, a que é necessário dar resposta.

Igualmente determinante, foi o objectivo da reforma do ordenamento do território de acautelar a **visão integrada, estratégica e prospectiva na aplicação das políticas públicas**, contemplando a sua territorialização, a possibilidade de projectos multifundos, uma selectividade efectiva, o ganho de economias de escala e a racionalidade e orientação para resultados enquanto princípios fundamentais do Portugal 2020.

Sendo claramente perceptível que a atractividade do território está associada a funções urbanas, capacidade institucional, emprego e estabelecimentos de ensino superior, é determinante a nível regional, e em particular nos territórios rurais em zonas de baixa densidade, a influência do sistema urbano e da territorialização das políticas públicas.

É que a realidade a nível nacional evidenciava em 2005 que 20% do total dos concelhos do país, representando apenas 4,9% da população portuguesa continental, correspondiam a espaços rurais, com características de envelhecimento da população, concentração em pólos com menos de 5000 habitantes, relevância do trabalho agrícola, peso diminuto da população qualificada e infraestruturas de telecomunicações deficitárias. No Alentejo significava um terço (15 em 47) dos concelhos da região em situação que

os associava a “territórios envelhecidos e desertificados”.

Para estes espaços rurais, virá a ser importante o regime jurídico da estruturação fundiária que regulamentará a utilização produtiva de prédios rústicos com a promoção do emparcelamento e criação de unidades economicamente viáveis, de forma a combater o fraccionamento, com o reforço da revisão da unidade mínima de cultura e isenções e incentivos de carácter emolumentar e fiscal.

Sobre matéria de **competências e níveis de governação de programas e planos**, num território nacional com elevados padrões de biodiversidade, classificado em cerca de 25% da sua área pela presença de valores naturais, existem por vezes conflitos no desenvolvimento da base económica com as disposições dos [ainda] planos especiais de ordenamento do território - planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas, de áreas protegidas, da orla costeira e dos estuários.

Esta realidade contribuiu para que **a reforma do ordenamento do território reconfigurasse os planos especiais a programas** balizando a sua natureza, concepção e dinâmica, determinando o sistema de gestão territorial que **os planos territoriais passam a ser os únicos instrumentos passíveis de determinar a classificação e qualificação do uso do solo, a respectiva execução e programação**.

A vinculação dos municípios aos programas territoriais processa-se, assim, através da incorporação em PDM das normas relativas ao uso, alte-



ração e transformação do solo que vinculam os particulares.

Também os tempos e oportunidades, relativos à **dinâmica dos IGT** tem como pressuposto a possibilidade de avaliar em tempo as grandes alterações económicas e sociais e o respectivo reflexo nas dinâmicas territoriais. É hoje claro que, na ausência de estratégia de aplicação territorializada das políticas públicas os efeitos tenderão a ser a consolidação dos territórios moderadamente inclusivos, mas, o agravamento das condições dos territórios envelhecidos e desertificados e envelhecidos e economicamente deprimidos para territórios desertificados e economicamente deprimidos.

São já, aliás, tendências evidentes que a dinâmica dos IGT, sobretudo dos PDM, não tem vindo a acompanhar as referidas alterações o que é demonstrado por passado o primeiro impulso nos anos 90 do século XX, gerado pelo condicionamento da existência de plano director municipal para acesso a fundos estruturais, se verificar que no Alentejo, em 2009, mais de metade do território regional estava a ser gerido por instrumentos com 15 e mais anos, com 43 alterações e 4 suspensões parciais, no âmbito do total dos 40 PDM em vigor aprovados até 2006 inclusive.

O novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e a classificação do solo, estruturaram uma nova dinâmica do sistema de gestão territorial, incluindo a possibilidade de recorrer ao mecanismo de ratificação de planos que contrariem programas especiais e sectoriais, reconhecida a necessidade de proce-

dimentos mais eficientes. Esta eficiência, tira naturalmente partido da evolução dos suportes, visão, abrangência e integração dos instrumentos de ordenamento do território, apontando para a progressiva desmaterialização, redução de prazos, maior responsabilização dos intervenientes e instrumentos mais rigorosos e “amigáveis”.

Para além de exemplos como o funcionamento da comissão consultiva dos planos directores municipais através de uma plataforma electrónica colaborativa, **o regime jurídico da urbanização e edificação (DL 136/2014 de 9 de Setembro), constitui um contributo importante para a simplificação no procedimento de controlo prévio das operações urbanísticas, para a diminuição dos custos administrativos, para o reforço da responsabilização dos intervenientes nas operações urbanísticas**, prevendo ainda a participação do interessado nas conferências decisórias e a criação de mecanismos de regularização de operações urbanísticas.

No quadro da mais eficaz **coordenação dos diferentes sectores da administração, foi criada a Comissão Nacional do Território** e revista a portaria que regula a constituição, a composição e o funcionamento da comissão consultiva da elaboração e revisão do planos director intermunicipal e do plano director municipal.

Cabe a todos os intervenientes na gestão territorial contribuir para que este modelo de planeamento seja eficaz na forma como ocupamos o território permitindo a sua adequação à evolução da sociedade ■



Perspetiva 2020

Investigação e Inovação no Instituto Politécnico de Portalegre: Um contributo decisivo para a competitividade do Alto Alentejo

As Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel fundamental no desenvolvimento económico das regiões onde operam. O Instituto Politécnico de Portalegre (IPPortalegre) não é exceção. Pela sua natureza e missão, este instituto propõe uma oferta formativa direcionada para as necessidades da região onde está inserido, procurando estabelecer laços sustentáveis com a comunidade envolvente, mediante efetivas parcerias estratégicas e uma permanente relação construtiva e aberta a novos desafios, geradores de dinâmicas e sinergias com impacto regional. Enquanto instituição localizada no norte alentejano, tem uma oferta formativa transversal às suas quatro escolas (Superior de Educação, Superior de Tecnologia e Gestão, Superior de Saúde e Superior Agrária de Elvas), incluindo cursos de 1º ciclo, uma oferta crescente de 2º ciclo, várias pós-graduações e, mais recentemente, uma carteira significativa de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP). Paralelamente à oferta formativa, o instituto favorece uma estratégia de cooperação com a região envolvente, materializada, tanto na realização de projetos de investigação científica e tecnológica, como na prestação de serviços. O desenvolvimento regional, nas suas diferentes cambiantes, constitui, assim, um dos seus vetores estratégicos no que concerne à sua política institucional. Num estudo recente, desenvolvido em parceria com outras instituições de ensino superior nacionais, mediante uma metodologia comum¹, foi possível observar que a localização do IPPortalegre nos concelhos de Portalegre e Elvas é responsável pela criação de 915 postos de trabalho diretos e indiretos, correspondendo a 4,22% da população ativa destes concelhos. Complementarmente e de acordo com o mesmo estudo, apurou-se que, por cada euro investido pelo Estado no financiamento do instituto, é gerado um nível de atividade económica de 3,43€ nos concelhos em que o politécnico está presente². Neste contexto, é possível avançar com propriedade que o IPPortalegre assume-se como uma entidade fortemente comprometida com o desenvolvimento regional do território e das comunidades em que está inserido, desenvolvendo a sua atividade de formação, investigação, de

¹ AA.VV. (2014), *O Impacto dos Institutos Politécnicos na Economia Local. Uma primeira reflexão*. Lisboa, CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos), 2014, (ISBN: 978-972-98935-7-5).

² PEREIRA, Cristina, João Emílio ALVES, Joaquim Mourato, (2013), *O Impacto Socioeconómico do Instituto Politécnico de Portalegre nas cidades de Portalegre e Elvas*, Instituto Politécnico de Portalegre, Col. Largo da Sé, (ISBN: 978-989-98406-6-9).



prestação de serviços, de consultoria técnica e científica e de intervenção em vastos domínios do conhecimento.

Para esta visibilidade e crescente preponderância à escala regional (mas também nacional e internacional), muito têm contribuído duas estruturas do instituto vocacionadas para a área da investigação e da inovação: a C3i (Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação, www.c3i.ipportalegre.pt) e o GEE (Gabinete de Empreendedorismo e Emprego, www.gee.ipportalegre.pt), às quais se liga a mais recente infraestrutura do instituto no campo da inovação e do empreendedorismo - a BioBIP (Bioenergy and Business Incubator of Portalegre, www.biobip.pt).

Incubação



Incubação



A C3i constitui uma estrutura do IPPortalegre que tem como missão a promoção de trabalhos de investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico na perspetiva do desenvolvimento regional nos domínios das Ciências e Tecnologias da Saúde; da Educação e Ciências Sociais e Humanas; das Ciências Empresariais; das Tecnologias; das Artes, Design e Animação; e das Ciências Agrárias – Agronomia, Produção e Saúde Animal. Os seus objetivos passam, fundamentalmente, por promover projetos de investigação científica e tecnológica com elevado impacto no desenvolvimento regional através de abordagens integradas, holísticas e inovadoras; o fomento da interdisciplinaridade com outras unidades de investigação nacionais e internacionais; a difusão do conhecimento científico e tecnológico, nomeadamente através da realização de eventos técnico-científicos, ações de formação, divulgação e de prestação de serviços à comunidade, entre outros.

Os 148 investigadores da C3i, na sua grande maioria doutorados e especialistas, que desenvolvem, a partir das suas bases de competências científicas, projetos de investigação fundamental e aplicada, financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e por outras agências de financiamento públicas e privadas, nacionais e internacionais, encontram-se distribuídos por quatro núcleos de investigação: Bioenergia e Materiais Sustentáveis (BEMS); Núcleo de Computação, Design e Marketing (NCDM); Núcleo de Ciências Sociais, Humanas e Saúde (N-CSHS); Núcleo de Investigação em Agricultura Sustentável (NIAS).

É através da C3i e dos seus núcleos que o IPPortalegre promove a transferência de conhecimento para a região mediante a realização de projetos de investigação e de trabalhos de prestação de serviços, tendo em vista o desenvolvimento regional nos diversos sectores socioeconómicos. Com efeito, a afirmação do instituto a nível local, regional, nacional e internacional é conseguida através da cooperação com diversas entidades, mediante a participação ativa na preparação de projetos de investigação científica e tecnológica com elevado impacto. Neste momento, entre projetos aprovados e candidaturas em fase de avaliação, o valor global de investimento é superior a 38.000.000,00€, sendo a componente do IPPortalegre superior a 5.500.000,00€. Estes projetos decorrem de candidaturas a linhas de financiamento decorrentes dos Programas Operacionais Alentejo 2020, Compete 2020, POCTEP- Interreg V, SUDOE e MED. Em alguns destes projetos o IPPortalegre surge como líder, ocupando noutros o papel de entidade parceira, no âmbito de uma vasta rede de cooperação científica, que integra, tanto organizações do sistema científico nacional acopladas a outras IES nacionais, como outras entidades internacionais. Neste particular, assume especial relevância a já habitual prática de colaboração ativa por via da cooperação transfronteiriça, no âmbito da qual o IPPortalegre tem mantido uma profícua e intensa atividade de investigação e partilha de experiências, como provam muitos dos projetos já concluídos e outros em fase de arranque.

Na mesma linha de atuação e como sinal inequívoco da disponibilidade e compromisso do instituto para com a região Alentejo, importa destacar a presença assídua dos investigadores do IPPortalegre na fase de preparação da EREI Alentejo (Estratégia Regional de Especialização Inteligente), tendo prolongado a mesma disponibilidade e colaboração para a atual RRCTA (Rede Regional de Ciência e Tecnologia do Alentejo), nos seus diversos domínios e áreas de competência, nomeadamente

Reunião Biobip





Bioenergia

por via da participação de investigadores em equipas multidisciplinares inerentes aos projetos referenciados naquela rede. Acresce também a participação do IPPortalegre no SRTT (Sistema Regional de Transferência de Tecnologia), no papel de agente ativo no processo de dinamização e desenvolvimento regional, com forte impacto no Alto Alentejo, contribuindo desse modo para o fomento da competitividade desta região. Prova disso mesmo é a BioBIP, cujos efeitos gerados começam agora a ter visibilidade e reconhecimento exterior, quer pelo impulso dado ao empreendedorismo de base científica, quer pela perspetiva jovem, inovadora e dinâmica que veio imprimir à relação entre o IPPortalegre e região do Alto Alentejo.

A BioBIP – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre é a estrutura do Instituto Politécnico de Portalegre dedicada à incubação de projetos e empresas, prioritariamente de base tecnológica.

Inaugurada recentemente - 25 de novembro de 2015 - surgiu na sequência de uma candidatura com financiamento FEDER através do INALENTEJO (85%), a qual contemplou nesta sua primeira fase (de um total de 3 previstas) um investimento global elegível de 1 775 935,07 €.

Agénese desta candidatura radica no propósito de que, com os recursos existentes e progressivamente instalados na BioBIP, se contribua para o desenvolvimento e implementação industrial de tecnologias economicamente viáveis, que permitam uma conversão eficiente de biomassa em combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos, energia elétrica e energia térmica e, também, encontrar metodologias de remediação ambiental eficientes e sustentáveis. Paralelamente, assume-se a intenção de auxiliar as empresas na implementação de melhores mecanismos energéticos, que se reflitam em maior poupança, eficiência e qualidade ambiental, possibilitando o desenvolvimento da sua atividade industrial com recurso a novas fontes de energia e tratando, reutilizando e valorizando os seus resíduos biomássicos. Ao mesmo tempo prossegue-se o desígnio de valorizar o empreendedorismo e de estimular o surgimento de empresas de base científica e/ou tecnológica na região Alentejo.

Este novo espaço, resultante de um projeto de arquitetura da responsabilidade do Gabinete Técnico do IPPortalegre, conta com um total de 1843 m², repartido maioritariamente entre o Centro de Bioenergia, o qual inclui um espaço industrial com 895 m², e a Incubadora de Base Tecnológica, a qual, para além de diversas áreas de apoio, dispõe de espaços individualizados e de postos de trabalho em *cowork* com uma capacidade de acolhimento para um total de até 20 empresas.

Apesar da sua ainda curta existência a BioBIP regista já uma ocupação acima de 80% da sua capacidade. Do conjunto dos projetos e empresas em incubação, mais de metade têm alunos ou diplomados do IPPortalegre entre os seus promotores, 25% contam com docentes ou ex-docentes entre os seus promotores principais e mais de 30% incluem a participação de entidades ou empresas parceiras do IPPortalegre.

Com esta incubadora o Instituto Politécnico de Portalegre passa a dispor das melhores condições para que os seus diplomados e demais empreendedores da comunidade possam desenvolver as suas ideias de negócio e os seus projetos.

Reforçam-se assim significativamente as condições para a concretização do rumo que o IPPortalegre vem trilhando, em particular, no fomento do empreendedorismo, no impulso à capacitação do tecido empresarial, nos contributos para a empregabilidade, para a fixação de recursos no interior do país, em suma, para o desenvolvimento do seu (nosso) território ■

Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Investimentos em destaque

Beneficiário:

PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo SA

Código da Operação:

ALENT-07-0564-FEDER-001874

Designação da Operação:

Governança e Infraestruturas Centrais Comuns, Espaço de Localização de Empresas e Espaços Exteriores do PCTA Évora

Concelho (Localização Física da Operação):

Évora

Regulamento:

Sistema de Apoios a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras

Investimento Elegível Aprovado:

3.508.075,22 euros

FEDER Aprovado:

2.981.863,94 euros

Descrição:

A presente operação versa a implementação de um parque de ciência e tecnologia na região Alentejo, uma infraestrutura de excelência e inovadora que irá atuar como elemento aglutinador, ambicionando ser, por um lado, uma infraestrutura regional única, agregadora de todo o conhecimento de base científico e tecnológico existente na região Alentejo, e, por outro lado, mobilizadora, ao proporcionar um ambiente institucional propício à transferência de conhecimento, à inovação competitiva do tecido produtivo, à promoção do que de melhor se faz na região junto da economia global, à atração de investimento qualificante, visando a afirmação da região, no contexto nacional e internacional, através de uma estratégia conjunta em prol do desenvolvimento sustentado do Alentejo.

O presente projeto de investimento enquadra-se numa estratégia de implementação de um parque de ciência e tecnologia na região Alentejo, uma infraestrutura de excelência e inovadora que irá atuar como elemento aglutinador, ambicionando ser, por um lado, uma infraestrutura regional única, agregadora de todo o conhecimento de base científico e tecnológico existente na região Alentejo, e, por outro lado, mobilizadora, ao proporcionar um ambiente institucional propício à transferência de conhecimento, à inovação competitiva do tecido pro-

ductivo, à promoção do que de melhor se faz na região junto da economia global, à atração de investimento qualificante, visando a afirmação da região, no contexto nacional e internacional, através de uma estratégia conjunta em prol do desenvolvimento sustentado do Alentejo. Com esta estratégia, o PCTA pretende contribuir para o cumprimento das políticas definidas para a região Alentejo, em matéria de ciência e tecnologia, e mobilizar também os interesses dos diferentes agentes que compõem o sistema científico, tecnológico e de inovação regional, procurando assim conseguir assegurar o desejado e necessário equilíbrio entre a academia e o sector produtivo, que viabilize a transferência de conhecimento, tecnologia e inovação que sustente o incremento da competitividade regional com base em inovação, conhecimento e propostas de alto valor acrescentado. Neste contexto, foram definidos objetivos estratégicos em consonância com os objetivos traçados para o SRTT (*Sistema Regional de Transferência de Tecnologia*), designadamente: 1. Criação de um ambiente propício à inovação e à transferência de conhecimento vocacionado para o mercado; 2. Estabelecimento de uma parceria regional coesa e cooperante em áreas potencialmente inovadoras. Dentro destes, constituem-se como objetivos específicos, os seguintes: 1. Estabelecer rotinas de cooperação estratégica nos domínios científicos do PCTA; 2. Promover a transferência tecnológica e da inovação com vista ao aumento da dinamização da malha empresarial; 3. Valorizar os recursos, potencialidades e conhecimento partilhados e os fatores de diferenciação - oferta de serviços e espaços flexíveis à medida das necessidades das empresas e empreendedores; 4. Fortalecimento do sistema de ciência e tecnologia com vista ao desenvolvimento e apoio aos sectores tradicionais e emergentes da base económica regional; 5. Acessibilidade ao empreendedorismo - desenvolvimento de uma política regional de apoio e incentivo ao empreendedorismo; 6. Afirmação da Cidade de Évora enquanto cidade inovadora e com fortes competências na área tecnológica e científica; 7. Revitalização Urbana – reforçar o papel de polos de desenvol-

vimento sustentável, da cidade de Évora no Sistema Urbano Regional através do recurso à inovação e assente nas áreas da ciência e tecnologia. Na prossecução destes objetivos estratégicos, o PCTA pretende assumir-se como um Parque de Ciência e Tecnologia de referência a nível nacional, para além de único na região Alentejo, que irá constituir-se como um agente pró-ativo na promoção da ciência e tecnologia e dos produtos inovadores do Alentejo no mercado global, atuando ao nível da notoriedade da região para se conquistar uma maior visibilidade no exterior. O PCTA pretende caracterizar-se como um centro de competências diversificadas, que, no momento atual, são críticas para o desenvolvimento de ações inovadoras do tecido económico e a competitividade da região onde se insere, designadamente: 1. Energia e Mobilidade; 2. Mecatrónica; 3. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); 4. Tecnologias Agroalimentar; 5. Materiais; 6. Biotecnologia; 7. Ambiente / Sustentabilidade.



Beneficiário:**Município de Elvas****Código da Operação:****ALENT-08-0347-FEDER-002259****Designação da Operação: Recuperação e Adaptação do Forte da Graça para Desenvolvimento de Atividades Culturais****Concelho (Localização Física da Operação):****Elvas****Regulamento:****Património Cultural****Investimento Elegível Aprovado:****5.631.006,32 euros****FEDER Aprovado:****4.786.355,37 euros****Descrição:**

A presente operação, como o próprio nome indica refere-se à “Recuperação e Adaptação do Forte da Graça para Desenvolvimento de Atividades Culturais”. O Forte da Graça é considerado uma das mais poderosas fortalezas abaluartadas do mundo. Por ter perdido as suas funções iniciais, estava desativado, encontrando-se em progressivo estado de degradação, o que não era condigno com a sua classificação de Monumento Nacional e de Património Mundial da UNESCO. Esta operação permitiu a abertura ao público deste grandioso monumento, e possibilita a realização de ações de cariz interpretativo das funções e da arquitetura do monumento ao longo da sua história. Esta recuperação e adaptação do Forte da Graça, assume-se como um fator fundamental para que toda a população da cidade e visitantes exteriores não fiquem privados de visitar este monumento que é considerado como uma obra-prima militar e arquitetónica, reveladora de factos de grande significado da história de Portugal. Este projeto possibilitará, deste modo, afirmar Elvas como lugar de excelência, ligado a iniciativas educativas, científicas e culturais em torno do Forte da Graça, contribuindo para o desenvolvimento económico da cidade e a sua afirmação internacional no panorama mais amplo do turismo histórico-cultural. É de grande pertinência a realização desta operação, pois trata-se de uma intervenção há muito desejada pela população local, e “imposta” pela UNESCO, na sequência da classificação de Elvas a Património Mundial, cuja conservação, preservação e valorização se afigura fundamental do ponto de vista da salvaguarda do património cultural.

São vários os objetivos que se pretendem concretizar com a recuperação e adaptação do Forte da Graça para o desenvolvimento de atividades culturais, enquadrando-se todos nos objetivos previstos no âmbito do Regulamento Específico Património Cultural, do INALENTEJO: Melhorar as condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural, numa perspetiva de transmissão para o futuro dos bens culturais, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição com respeito pela sua identidade específica, considerando os valores de originalidade aliados aos da respetiva integridade patrimonial; Restaurar a dignidade a este grandioso monumento; Contribuir para a sua preservação e conservação, reforçando a atratividade da cidade como Património Mundial; Contribuir para o reforço da identidade local; Posicionar Elvas no mercado global cada vez mais competitivo, através de uma política de captação de públicos baseada na requalificação e valorização do Património arquitetónico que, por sua vez, induzirá o desenvolvimento local; Melhorar a afirmação de Elvas a nível nacional e internacional; Melhorar a oferta e a qualificação cultural da população; Aumentar o número de turistas; Recuperar e preservar o património arquitetónico e histórico-cultural como elemento chave da identidade de Elvas; Valorizar o património arquitetónico e histórico com vista a atrair um número cada vez maior de visitantes com reflexo bastante positivos para a economia local; Reforçar a atratividade da cidade enquanto área de excelência urbana; Qualificar o espaço e ambiente urbanos; Inovar nas soluções para a qualidade urbana; Melhorar a qualidade visual da paisagem urbana.





Beneficiário:

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Código da Operação:

ALENT-09-0353-FEDER-002262

Designação da Operação: Construção de Pista de Atletismo e Campo de Rugby em Relva Sintética

Concelho (Localização Física da Operação):

Évora

Regulamento:

Infraestruturas e equipamentos desportivos

Investimento Elegível Aprovado:

1.444.761,44 euros

FEDER Aprovado:

1.228.047,22 euros

Descrição:

A operação corresponde à construção de uma Pista de Atletismo Standard de 6 corredores na reta da meta e 4 pistas circulares de 400 m, pista de salto em comprimento/triplo salto e salto com vara. Na envolvente foi construído um campo de futebol em relva sintética, destinado à prática de rugby, e ainda, em complemento, as instalações de apoio para atletas, técnicos e público espectador, onde se inclui bancada com 180 lugares de capacidade. As instalações de apoio comportam 4 unidades de vestiários-balneários para atletas, tendo em conta a simultaneidade e rotatividade de utilização que poderá ocorrer, quer no rugby, quer no atletismo; 2 unidades completas para atletas de mobilidade condicionada; 2 unidades para árbitros/juízes/técnicos permitindo a utilização pelos dois sexos; ginásio/sala de musculação para preparação física de atletas e prevenção de lesões; arrecadações de material desportivo e de produtos de manutenção; sala técnica, posto médico, instalações sanitárias destinadas a público espectador e sala de forças de segurança. A pista e o campo de rugby terão capacidade para acolher eventos nacionais e internacionais, assumindo-se, igualmente, como uma oportunidade para acolher eventos e estágios de equipas e seleções nacionais.





Beneficiário:

Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro

Código da Operação:

ALENT-08-0347-FEDER-002265

Designação da Operação: Recuperação/Requalificação da Igreja e Convento de S. Francisco - Évora

Concelho (Localização Física da Operação):

Évora

Regulamento:

Património Cultural

Investimento Elegível Aprovado:

3.489.705,31 euros

FEDER Aprovado:

2.442.793,72 euros

Descrição:

Obras de recuperação e requalificação da Igreja e Convento de S. Francisco, incluindo a conservação e restauro do património integrado. Ações fundamentais do programa de intervenção: a) Introdução da resistência necessária ao edifício e complexo para resistir à ação sísmica regulamentar; b) Eliminar grande parte das causas das patologias do edifício através da substituição integral das coberturas e seus sistemas de drenagem e da reparação/substituição dos rebocos e vãos exteriores; c) Criação de um novo sistema de acessibilidades e de serviços de apoio, por forma a separar circuitos de visita e percursos de culto e liturgia; d) Requalificação da antiga ala das celas dos monges do Convento, por forma a expor o espólio da Igreja/Convento; e) Realização de uma cobertura sobre o percurso do claustro, para reposição do seu valor arquitetónico e criação de um espaço de receção e de espera aos grupos visitantes; f) Conservação e restauro do património integrado ■





